

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANA LUÍSA CALVO TIBÉRIO
RA00165148**

**A INTERPRETAÇÃO GRAMSCIANA DA ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS
COMO POTÊNCIA HEGEMÔNICA GLOBAL: UMA LEITURA A PARTIR DOS
CADERNOS DO CÁRCERE, DE ANTONIO GRAMSCI**

Trabalho de Conclusão de Curso

SÃO PAULO

2023

ANA LUÍSA CALVO TIBÉRIO

A interpretação gramsciana da ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global: uma leitura a partir dos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci

Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais na Pontifícia Universidade Católica, sob orientação da Professora Doutora Natália Nóbrega de Mello, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

SÃO PAULO

2023

Ao Anibal, pelo amor, carinho e cuidado.

Ao Chico, pelo apoio e pelo companheirismo.

À Iolanda, por me inspirar e por ser minha base.

À Laurinda, por me guiar lá de cima todos os dias.

À Natália, pela orientação e pela parceria de 4 anos.

À PUC-SP, por me surpreender e me abrir tantas portas.

Ao Reginaldo, pelos ensinamentos e conselhos cotidianos.

“Vivo, sou militante. Por isso odeio quem não toma
partido, odeio os indiferentes”

Gramsci, 1917

RESUMO

Este artigo visa discutir a ascensão dos Estados Unidos da América (EUA) como uma potência hegemônica global, a partir de uma interpretação gramsciana. Para tanto, parte-se da leitura dos quatro primeiros volumes dos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci. Para o italiano, naquele momento – décadas de 1920 e 1930 – os EUA poderiam ser entendidos como uma grande potência global. Além disso, seus escritos nos fornecem pistas filosóficas, históricas, econômicas, políticas e culturais para compreender o processo por meio do qual além de grande potência, os Estados Unidos se tornaram a potência hegemônica mundial, hoje muito mais nítido e discutido na academia. Assim sendo, a partir de uma metodologia teórica, buscaremos apresentar de forma inicial os elementos centrais nessas áreas apontados por Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* que nos permitem entender a ascensão dos EUA como a potência hegemônica global.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. *Cadernos do Cárcere*. Hegemonia. Estados Unidos.

Introdução

Este artigo consiste em um exercício de cunho teórico através do qual se busca articular os diferentes conceitos, princípios e ideias apresentados por Antonio Gramsci em sua obra *Cadernos do Cárcere*, a fim de apresentar possíveis explicações para a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global.

Gramsci foi um jornalista, intelectual e militante comunista nascido em 1891 e morto em 1937, na Sardenha. Com uma trajetória marcada por sofrimento, estudos e luta política, passou os últimos 11 anos de sua vida preso pelo regime fascista italiano. Durante esse período, produziu uma série de textos que contém reflexões em diversas áreas, especialmente filosofia e política, e que servirá de base para o presente trabalho.

No Brasil, os textos foram reunidos e publicados em seis volumes dos *Cadernos do Cárcere* pela Editora Civilização Brasileira. Os volumes tratam respectivamente dos temas: (i) Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce; (ii) Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo; (iii) Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política; (iv) Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo; (v) O Risorgimento italiano. Notas sobre

a história da Itália; (vi) Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Para este trabalho, nos ateremos aos primeiros quatro volumes, os quais trazem contribuições mais tangíveis para o tema ora analisado.

Sua reflexão se dá, essencialmente, acerca da noção de hegemonia. Conforme nos explica Robert Cox (1993)¹, principal nome da teoria crítica neogramsciana², há duas vertentes que conduzem à ideia gramsciana de hegemonia. A primeira diz respeito à estratégia de revolução bolchevique e à criação do Estado socialista. Nesse caso, o italiano apropriou-se de uma ideia, discutida na época, de que, para liderar a revolução, os trabalhadores deveriam exercer a hegemonia sobre os aliados de classe e a ditadura sobre as classes inimigas³. Sua inovação consiste na utilização do conceito também para a burguesia, ou seja, para entender o domínio da classe dominante através da hegemonia. Com essa percepção, a noção de Estado é alargada e passa a incluir instituições da sociedade civil, como a igreja, o sistema educacional, e a imprensa, que ajudam as pessoas a terem certos comportamentos e expectativas alinhadas com a ordem social hegemônica.

¹ Parte referenciada na minha pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Atuação do National Endowment for Democracy (NED) e do Center for International Private Enterprise (CIPE) na desestabilização de governos na América Latina no Século XXI: uma análise do caso boliviano*, realizada entre 2022 e 2023, no Curso de Relações Internacionais da PUC-SP, sob orientação da Professora Natália Nóbrega de Mello e com financiamento do CNPq.

² A teoria crítica inaugurada por Robert Cox consiste em um método de estudo das Relações Internacionais cujas principais influências são o marxista italiano Antonio Gramsci e o filósofo italiano Giambattista Vico. A teoria questiona como os arranjos globais atuais surgiram e se estão mudando. A abordagem crítica de Cox desloca a atenção do sistema político anárquico, para a organização da economia política mundial e para as formas de dominação e hegemonia dentro dela. Dessa forma, argumenta que diversos atores políticos já estão envolvidos em esforços coletivos para mudar os princípios da organização política mundial e que as teorias do mundo social podem ter o efeito ideológico de contribuir para a perpetuação de arranjos que beneficiam alguns membros da humanidade e prejudicam outros. Nessa perspectiva, a teoria crítica tem como tarefa principal descobrir as implicações políticas das reivindicações de analisar o mundo no espírito da “neutralidade”, demonstrando que as teorias do mundo social estão no âmbito da política e têm consequências para a distribuição de poder, recursos materiais e oportunidades na sociedade doméstica e global. Por fim, Cox apresenta uma interpretação materialista da natureza da política, mas considera que os três níveis – produção, Estado e ordem mundial – influenciam os demais e moldam o espaço no qual o embate entre movimentos hegemônicos e contra-hegemônicos é conduzido (Linklater, 2007).

³ Gramsci contrapõe-se a Lenin na medida em que este defende a ditadura do proletariado, sendo este tanto a classe dominante, quanto a classe dirigente (Cox, 1993, p.50).

A segunda vertente que leva à ideia gramsciana de hegemonia deriva da obra *O Príncipe*, de Maquiavel. Gramsci importou do seu conterrâneo a imagem do poder “como um centauro: meio homem, meio besta (Cox, 1993, p. 1993)”, ou seja, uma combinação de coerção e consenso. Enquanto o segundo está na vanguarda, a primeira é latente, e só é utilizada em casos desviantes. Assim, a hegemonia – através desses dois aspectos – garante conformidade de comportamento da maior parte das pessoas na maioria do tempo.

A partir desse conceito, o italiano discorre na obra acerca de diversos temas correlacionados. Dentre eles, reconhece a dimensão do país norte-americano como uma potência global. Também indica a importância do estudo acerca do que denomina americanismo e fordismo, abordados com maior ênfase no Caderno 22 (1934). Enquanto em linhas gerais o primeiro pode ser compreendido como a dimensão ideológico-cultural ou ético-política assumida pelo modo de produção capitalista na época contemporânea de Gramsci, o segundo consiste em sua dimensão técnico-produtivo (Ligori e Voza, 2020).

O valor dado por Gramsci fica nítido, inclusive, porque em uma das cartas que escreveu para Tatiana Schucht, sua cunhada e companheira política, em 24 de fevereiro de 1929, ele enfatiza essa questão como uma das principais motivações para a escrita dos *Cadernos do Cárcere*:

Os livros solicitados entram no plano intelectual que eu mesmo quero construir. Decidi ocupar-me predominantemente e tomar notas sobre os três assuntos seguintes: – 1º A história italiana no século XIX, com especial referência à formação e ao desenvolvimento dos grupos intelectuais; – 2º A teoria da história e da historiografia; – 3º **O americanismo e o fordismo** (Gramsci, 2022a, p. 78; *grifo nosso*).

Ainda assim, não há na obra uma afirmação categórica do autor de que os Estados Unidos já seriam a potência hegemônica global no período – o que posteriormente será reavaliado inclusive por intelectuais (neo)gramscianos, como Giovanni Arrighi (1996). Isso

posto, por que deveríamos voltar aos *Cadernos do Cárcere* para tentar entender a ascensão estadunidense como grande potência hegemônica global?

Em primeiro lugar, porque é preciso considerar que Gramsci quando escreveu essa obra não possuía o devido distanciamento histórico de muitos fatos por ele narrados. Com isso, muitos dos elementos que ele traz podem ser enquadrados em sua própria definição de análise de conjuntura⁴. Nem por isso estes aspectos devem ser descartados ou desconsiderados para um estudo dos processos tal como ocorreram. Por isso, buscaremos retomar as passagens em que o autor trata diretamente sobre os Estados Unidos, mas não nos restringiremos apenas a elas. Isso porque, em segundo lugar, esta obra nos fornece, essencialmente, ferramentas de análise das relações teóricas e históricas. A genialidade do intelectual é justamente fornecer pistas para compreender o processo pelo qual o país norte-americano teve de passar para se consolidar como potência hegemônica global. Nesse sentido, ainda que o próprio Gramsci não pudesse naquele momento observar que os EUA já haviam se consolidado como tal, ele nos forneceu os elementos necessários para que nós o pudéssemos fazer quase um século depois.

Diante disso, após uma leitura dos quatro primeiros volumes dos *Cadernos do Cárcere*, tentamos sintetizar algumas chaves para a compreensão da ascensão e consolidação hegemônica estadunidense. Com isso, trouxemos esses acúmulos, organizados a partir das seguintes seções principais: (i) Breves premissas filosóficas; (ii) Formação histórica da potência estadunidense; (iii) Aspectos culturais; (iv) Estado, economia e política; (v) “Americanismo e fordismo”; (vi) Hegemonia internacional estadunidense; além desta introdução e de considerações finais.

⁴ No Caderno 15 (1933), Gramsci aponta que análise de conjuntura consiste no estudo do conjunto das circunstâncias em movimento que determinam o mercado em determinada fase, ou seja, de que modo um todo leva a um processo de combinações novas. Ademais, explica que se estuda a conjuntura como forma de prever e até determinar o ciclo econômico (Gramsci, 2022a)

Breves premissas filosóficas

Para Gramsci (2022a), conforme aponta em seu Caderno 11 (1932-1933), é fundamental entender todos os homens como filósofos. Nesse sentido, a filosofia está contida na linguagem – que se conecta à cultura e à concepção de mundo de cada um e cada uma –, no senso comum e em todo sistema religioso, o qual engloba as crenças, superstições, opiniões e modos de ver e agir. O ser humano, pela forma que vê o mundo, pertence sempre a um determinado grupo, com o qual compartilha um mesmo modo de pensar e agir. Todos são conformistas de determinado conformismo, “homens-massa” ou “homens-coletivos”.

Acerca do “homem coletivo”, destaca no Caderno 13 (1932-1934) a tarefa estatal de educação e formação, cujo objetivo é consolidar uma civilização, cuja moral está alinhada com os objetivos de desenvolvimento do aparelho econômico de produção. Também o direito, como instrumento de dominação e controle da sociedade civil é fundamental para o controle e para a construção dos modos de pensar e agir (Gramsci, 2022c). Esses elementos são estruturantes para a consolidação do que o italiano denomina “hegemonia civil”, conceito-chave para entender a superação da “revolução permanente” proposta por Marx em 1845⁵ e o fortalecimento dos Estados Unidos. De forma exemplificativa, pontua que

ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às ‘trincheiras’ e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas ‘parcial’ o elemento do movimento que antes constituía ‘toda’ a guerra (Gramsci, 2022c, p.24).

⁵ “Revolução permanente” pode ser compreendida, em suma, como estratégia da classe trabalhadora para seguir lutando em prol dos seus interesses de forma independente, apesar de possíveis alianças políticas e do domínio político de camadas opostas da sociedade (Trotsky, 2010).

Para Gramsci, a noção de filosofia da práxis é fundamental, como retoma no Caderno 11. Esta se dá de forma crítica, como superação do modo de pensar precedente e do mundo cultural existente, ou seja, como crítica do “senso comum”. Essa relação, por sua vez, deve ocorrer no âmbito da ética, da política e do real: a compreensão crítica de si mesmo é obtida através de uma luta de hegemonias políticas, de direções de embate e exige a criação de uma elite de intelectuais, tornando-se algo difícil e permeado de contradições.

Nesse sentido,

é por isso que se deve chamar atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (Gramsci, 2022a, p. 104).

Cabe destacar, ainda, que a filosofia da práxis, por seu caráter de filosofia de massa, é uma força polêmica, de luta permanente na visão de Gramsci (2022a). Assim, parte sempre do senso comum, visando disputá-lo para tornar a filosofia das multidões algo homogêneo. O que se busca é a construção de um novo senso comum, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, capaz de se enraizar na consciência popular com a mesma força que as crenças tradicionais. Essa filosofia, por sua vez, em uma perspectiva dialética, deve ser concebida como integral e original, iniciando uma nova fase histórica de desenvolvimento mundial do pensamento, superando – e, portanto, incorporando – o idealismo e o materialismo tradicionais.

Nessa perspectiva, há uma relação intrínseca entre filosofia, economia e política. As três atividades são constitutivas de uma mesma concepção de mundo e deve haver, pois, possibilidade de transitar entre elas. Juntas, portanto, formam um círculo homogêneo. Por isso, Rosa Luxemburgo (1903 *apud* Gramsci 2022a) explica que algumas questões da filosofia da práxis não podem ser enfrentadas enquanto não se tornarem atuais no curso da história ou do

agrupamento. Cada fase – econômico-corporativa, luta pela hegemonia na sociedade civil e estatal – se relacionam com atividades intelectuais específicas que não podem ser alteradas.

Dentro da filosofia da práxis, têm-se as chamadas estruturas e superestruturas, cuja relação forma o bloco histórico, conforme explicado no Caderno 8 (1931-1932). Assim,

o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. Se se forma um grupo social 100% homogêneo ideologicamente, isto significa que existem em 100% as premissas para esta subversão da práxis, isto é, que o “racional” é real ativa e efetivamente. O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (Gramsci, 2022a, p. 252).

Nesse contexto, a ideologia deve ser compreendida historicamente como uma superestrutura, como um sistema de ideais. No Caderno 7 (1930-1931), Gramsci (2022a) aponta que a ideologia possui validade psicológica na medida que organiza as massas humanas, formando o terreno no qual os homens se movimentam e adquirem consciência de sua posição. Em um contexto de bloco histórico, a ideologia é a forma para o conteúdo de forças materiais, de modo que a segunda depende da primeira para ser concebida historicamente. A isso damos a nomenclatura de materialismo histórico-dialético. Entende-se, pois, que toda fase histórica deixa traços nas fases posteriores, e que todo processo de desenvolvimento possui elementos do passado e do presente, em que está inserido o conjunto de relações sociais, a ser compreendida também como a natureza humana. O ser humano muda em consonância com as relações sociais. Estas, por sua vez, são expressas por diferentes grupos de pessoas que pressupõe umas às outras a partir de uma unidade dialética.

No mesmo sentido, Gramsci (2022a) sustenta no Caderno 14 (1932-1935) que as filosofias, bem como as ideias, nascem do desenvolvimento histórico real e, portanto, estão em constante produção. Assim, classifica-se como racionalista aquele que queira destruir o

existente sem preocupação com o futuro, visto que só se destrói o que se substitui recriando, ou seja, toda destruição é uma criação. Quem cria os costumes, característica própria da classe dominante, deve se atentar para o que é permanente e para o que é apenas “da moda”, a fim de conquistar as massas.

No âmbito internacional, esse processo é conduzido pelas forças hegemônicas globais. No Caderno 15 (1933), o italiano reconhece uma hegemonia da cultura ocidental sobre a cultura mundial, devido ao seu valor universal e à sua contribuição para o processo de pensamento europeu. Também identifica o surgimento de um novo processo cultural, sem precedentes, que unificaria a prática e a teoria, fruto da decomposição do hegelianismo, e que apresente uma nova forma de concepção de mundo e de homem, capaz de se massificar (Gramsci, 2022a). O que o autor não constatou por definitivo foi que eram os Estados Unidos que estavam conduzindo este processo, ainda que, de fato, como veremos, já reconhecesse a alteração do eixo econômico mundial da Europa para a América do Norte (Gramsci, 2023).

Formação histórica da potência estadunidense

No Caderno 2 (1929-1933), Gramsci aborda a formação da potência dos Estados Unidos em uma perspectiva histórica. As chamadas 13 colônias⁶ obtiveram suas independências reconhecidas no Tratado de Versalhes, em 1783, no qual a Inglaterra então passa a não mais reivindicar estas antigas posses coloniais, reconhecendo assim os Estados Unidos da América, a união formada por estes territórios, como um Estado independente. Neste período, os Estados Unidos faziam fronteira ao norte com a colônia britânica do atual Canadá, ao oeste com a

⁶ Estas 13 colônias, após a independência, passaram a ser consideradas como Estados da federação estadunidense. Dentre elas, dez foram concebidas por meio da colonização britânica – New Hampshire, Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, Pensilvânia, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Carolina do Sul e Geórgia - e três delas foram originárias do colonialismo holandês – Nova York, Nova Jersey e Delaware – sendo cedidas pela Holanda à Inglaterra em 1667 (Gramsci, 2022c, p. 131).

colônia francesa da Louisiana, que foi comprada pelos estadunidenses em 1803 “de forma que toda a bacia do Mississippi ficou sob seu controle (Gramsci, 2022c, p.132)”, expandindo assim sua fronteira até o então território da colônia espanhola do México. Já ao sul do novo país americano se encontrava a também colônia espanhola da Flórida, que por sua vez fora adquirida pelos Estados Unidos no ano de 1819.

Após este momento inicial de consolidação política e expansão territorial da recente nação, seu vizinho México tem a sua independência reconhecida em 1821, por meio do Tratado de Córdoba. Gramsci afirma que “a partir deste momento, os Estados Unidos iniciaram uma política destinada a anexar o México (Gramsci, 2022c, p. 132)”, entretanto, tal processo fora retardado devido às ingerências de outras nações europeias na política mexicana e às tentativas de retomada da antiga posse colonial pela Espanha. Tais entraves aos interesses estadunidenses acabaram por originar na diplomacia dos Estados Unidos a chamada “Doutrina Monroe”, que pregava a não interferência dos países europeus na América, bem como a proibição de se fundar novas colônias no continente. Conhecida pelo célebre pronunciamento do então presidente James Monroe ao Congresso em 1823, tal doutrina defendia “a América para os americanos” e seguiu em vigor ao longo da formação histórica da potência americana. É o que explicam Fernandes e Morais (2007):

Denominada Doutrina Monroe, tal política foi anunciada no ano de 1823: em troca da não-intervenção dos europeus na América, o presidente prometia a não-interferência dos Estados Unidos nas questões exclusivamente europeias. Ao mesmo tempo, colocava-se como juiz e guardião de todas as questões que pudessem envolver a América como um todo, tanto na parte central como no cone sul do continente. O medo dos EUA era, sobretudo, que as grandes potências europeias pudessem se unir para subjugar as colônias espanholas rebeladas e acabassem ameaçando a autonomia de seu próprio território ou seus interesses comerciais em todos esses mercados na América. Nesse sentido, a Doutrina Monroe pode ser entendida como um dos primeiros passos da política externa norte-americana no século XIX: em nome da paz e da liberdade, a presença dos Estados Unidos se fortaleceu em todo o Novo Mundo. Seu princípio básico, traduzido na frase “a América para os americanos”, seria o guia de toda política externa dos EUA até o século XX (Fernandes e Morais, 2007).

Desta forma, a expansão territorial estadunidense conseguiu prosseguir através do século XIX. A anexação do Texas aos Estados Unidos ocorreu dez anos após a sua independência do México em 1835, o que deflagrou uma guerra entre estes dois países americanos, conflito encerrado três anos depois com a vitória das antigas colônias britânicas. Como consequência da derrota militar mexicana, Gramsci analisa:

Com o Tratado de Guadalupe-Hidalgo (1848), o México teve que ceder o território que hoje constitui os estados da Califórnia, do Arizona, de Nevada, de Utah e do Novo México [...]. Os Estados Unidos chegam assim até a costa do Pacífico, que depois foi ocupada até a fronteira com o Canadá, e chegaram a suas dimensões atuais (Gramsci, 2022c, p. 132).

Um ponto importante da história dos Estados Unidos pouco explorado pelo intelectual marxista neste caderno é a Guerra de Secessão, ocorrida entre 1860 e 1865. Há apenas uma menção ao incentivo promovido por Inglaterra e França ao movimento separatista dos estados do sul, além da reafirmação da Doutrina Monroe pelos *yankees* após seu triunfo militar. O autor ainda destaca mais um movimento de expansão territorial estadunidense, desta vez por meio da aquisição do Alasca, então posse colonial russa na América. Conclui, talvez por influência da Guerra Civil Americana, que “a expansão dos Estados Unidos como grande potência mundial começa no fim do século XIX (Gramsci, 2022c, p. 133)”.

Entretanto, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) recebe um tratamento central na elaboração de Gramsci acerca da consolidação dos Estados Unidos como uma forte potência mundial. Por conta especialmente da intensa relação comercial marítima dos estadunidenses com os países da *Entente*, que isolou seus rivais dos Impérios Centrais desta modalidade de comércio, dentre outros fatores, a nação americana conseguiu atingir um grande *superávit* em sua balança comercial. Isto impulsionou um intenso crescimento industrial e econômico de maneira geral em sua sociedade, permitindo-a, assim, financiar os elevados custos da grande guerra e se transformar em um dos principais credores dos países europeus. Sobre este processo,

o intelectual italiano declara: “O custo colossal da guerra, as profundas perturbações da produção europeia (a revolução russa) fizeram dos Estados Unidos o árbitro das finanças mundiais. Daí a sua afirmação política (Gramsci, 2022c, p. 133)”.

Desta maneira, um fator fundamental para a ascensão da nação estadunidense como uma potência mundial consolidada no pós-1918 fora sua relação com a Inglaterra. Apesar do império inglês ter saído como um dos vencedores do conflito mundial, com suas potências rivais, em particular a Alemanha, muito enfraquecidas pela guerra, Gramsci sustenta que “a Inglaterra teve de reconhecer tacitamente a supremacia dos Estados Unidos, e isso tanto por motivos econômicos quanto pela transformação do império (Gramsci, 2022c, p. 133)”.

O italiano, também em virtude de “tendências particularistas” do império britânico no pós-guerra e das relações estadunidenses com outras antigas colônias britânicas, afirma ainda que “se se verificasse um choque sério entre Estados Unidos e Inglaterra, o Império inglês se despedaçaria (Gramsci, 2022c, p. 134)”. Entretanto, de forma dissonante a este movimento, Gramsci observa que esta política mundial, levada a cabo pelo então presidente Woodrow Wilson, teve um fracasso com a sua ulterior derrota eleitoral para Warren C. Harding em 1921. Tal falência se deu, segundo o autor marxista, por conta do contraste entre a política mundial representada por Wilson e “as forças políticas preponderantes nos Estados Unidos” (Gramsci, 2022c, p. 134).

Contudo, vale se destacar que o intelectual Giovanni Arrighi, de forte influência gramsciana, baseia-se nestas últimas reflexões do seu conterrâneo para ir além na conceituação dos Estados Unidos como uma potência mundial. Para Arrighi, os estadunidenses se constituíram, após a Primeira Guerra, como a nação hegemônica global, consolidando um novo e dominante ciclo sistêmico de acumulação mundial. Desta forma, os Estados Unidos passariam a ocupar o lugar que outrora fora da Inglaterra como principal potência mundial, que exerce a

sua hegemonia sobre todas as demais nações do globo. Todavia, o próprio Antônio Gramsci não compreendia a potência americana neste sentido, limitando-se a entendê-la como uma das potências mundiais dentre tantas outras, com sua devida relevância sobretudo após 1918, mas não como a principal potência, nem mesmo como a hegemônica naquele contexto histórico analisado (Arrighi, 1996).

Aspectos culturais

No Caderno 11 (1932-1933), Gramsci afirma que “a tarefa de toda iniciativa histórica é modificar as fases culturais precedentes, tornar a cultura homogênea, em um nível superior ao precedente (Gramsci, 2022a, p.219)”. Isso posto, para compreender a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global, é necessário entender como o país articulou esse processo.

Conforme aponta o pensador no Caderno 12 (1932), todo grupo social inserido em um modo de produção econômico cria camadas de intelectuais capazes de lhes dar homogeneidade e consciência da própria função nos âmbitos econômico, social e político. Dentre eles, os empresários possuem uma capacidade dirigente superior, conectada a uma elaboração social também superior, de modo que esta elite acaba por organizar a sociedade em geral – desde seus serviços, até seu estado – visando a expansão da própria classe. Para tanto, fazem uso de instrumentos pré-existentes, como as instituições de ensino, a imprensa, a religião e organizações específicas, adaptadas às condições materiais impostas pelo contexto histórico, a fim de atingir seus objetivos. Abordaremos alguns processos que se destacam⁷.

⁷ Esses processos ocorrerem de forma concomitante e permanente. A exposição “numerada” se dá apenas para facilitar a compreensão.

Primeiramente, há a formação de esses grupos de intelectuais. Segundo Gramsci, isso se dá

em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (Gramsci, 2022b, p.19).

Ainda, para o autor, a elaboração dessas camadas não ocorre em um meio democrático abstrato, mas conforme processos históricos concretos. As camadas que produzem os intelectuais são, assim, as mesmas que se especializaram na poupança, ou seja, a pequena e a média burguesia urbana. Com isso, a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é direta, mas permeia todo o tecido social, através das superestruturas, divididas em dois planos: o primeiro, da sociedade civil, cujo função é de hegemonia exercida pelo grupo dominante em toda a sociedade; e o segundo, da sociedade política ou Estado, cuja função é de domínio direto.

Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) **do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social**, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) **do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente**, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2022b, p.21, *grifo nosso*).

Com isso, nota-se uma relação intrínseca entre a formação dos intelectuais, o Estado e o setor privado, e não à toa o caso dos Estados Unidos é o mais exemplificativo dessa questão. Inderjeet Parmar (2012), gramsciana da área de Relações Internacionais, ressalta que as elites nacionais norte-americanas, em cooperação com o Estado, desempenharam (e seguem desempenhando) um papel crucial para o estabelecimento da hegemonia do país, criando as condições para o globalismo, tais quais:

mobilizar a opinião da elite/massa; promover as bases intelectuais, as instituições, e as redes que sustentam o globalismo; criar e melhorar as capacidades de conhecimento e pesquisa do Estado em momentos críticos; e construir instituições internacionais nas quais possam trabalhar para incorporar os valores/interesses americanos (Parmar, 2012, p.3, tradução nossa).

Se essa característica favoreceu a consolidação da cultura no país e, posteriormente, sua expansão a nível global, a forma como se deu a colonização dos Estados Unidos também influenciou esse processo. Os primeiros imigrantes ingleses colonizadores eram membros de uma elite intelectual europeia, de modo que trouxeram marcas dessa civilização e passaram a desenvolvê-las em um ritmo ainda mais acelerado no continente americano pela ausência de freios (morais, intelectuais, econômicos, políticos e sociais). Além disso, a ausência de intelectuais tradicionais⁸, ligada à consolidação de intelectuais gerais, permitiu que (i) as superestruturas modernas se desenvolvessem rapidamente com base na indústria; (ii) as diferentes culturas migrantes se fundissem em uma única cultura nacional; (iii) os partidos políticos se reduzissem a apenas dois (Partido Democrata e Partido Republicano), diminuindo os conflitos nessa área e inibindo a multiplicação de seitas.

Acerca da composição social, no Caderno 8 (1931-1932), é apresentada uma divisão da população dos Estados Unidos proposta por G. A. Borges no texto “*Strano interludio*”, de 1932. Esta seria dividida entre classe financeira, classe política, intelectualidade (bastante reduzida) e homem comum (Borges, 1932 *apud* Gramsci, 2022b). Com a crise de 1929, as duas primeiras, que antes eram a mesma coisa na perspectiva gramsciana, acabaram se diferenciando, o que poderia indicar uma crise da fase econômico-corporativa da história americana e o surgimento

⁸ No Caderno 15 (1933), por sua vez, expõe a chamada teoria americana de Cambon, segundo a qual os grandes homens são grandes na atividade fundamental da própria época. Dessa forma, não haveria problema para os estadunidenses no fato de não terem artistas, visto que teriam técnicos (Ford, 1926; prefácio Cambon *apud* Gramsci 2022b). De certo modo, é uma forma de conformismo com as limitações culturais próprias e de conseguir “se sair por cima”, vendendo sua cultura como superior.

da fase hegemônica. Realmente, isso ocorreu, mas sem que se verificasse a premissa imposta por Gramsci de que:

isto só se revelará claramente se se verificar uma crise dos partidos históricos (republicanos e democratas) e a criação de um poderoso partido novo, que organize permanentemente a massa do homem comum. Os germes deste desenvolvimento já existiam (Partido Progressista), mas a estrutura econômico-corporativa, até agora, sempre reagiu eficazmente contra eles (Gramsci, 2022b, p. 161).

Fato é que o modelo bipartidário estadunidense está em voga até os dias atuais e nunca foi necessária sua superação para a consolidação da hegemonia do país, pelo contrário. Como o próprio Gramsci coloca no Caderno 14 (1932-1935), a Constituição dos EUA foca na educação e na ampliação dos horizontes culturais, inclusive como forma de resolução de questões políticas: a constituição explica, por exemplo, a interdependência entre grupos religiosos e políticos. No país, há liberdade religiosa de fato e de direito, mas a liberdade política se restringe à lei, uma vez que é restrita por pressões econômicas e violência privada. Isso explica o surgimento de novas seitas religiosas, financiadas por grupos econômicos, como forma de canalizar a demanda político-cultural.

Ainda sobre a religião, podemos resgatar alguns elementos apresentados pelo autor quando da apresentação sobre os “*ingleses e a religião*”, no Caderno 6 (1930-1932). Na tradição anglo-saxã protestante, a religião é tratada como uma questão privada entre Deus e o indivíduo, que por sua vez refuta qualquer intervenção de autoridade – não se admite ingerências, muito menos de estrangeiros. Importada para os Estados Unidos, esta visão impede uma influência externa e impõe uma forte doutrinação protestante, que, conforme veremos, impacta diretamente na política nacional. Contudo, a contradição é observada em um artigo da *Civiltà Cattolica* de 1930 chamado “*Il protestantesimo degli Stati Uniti; e l’evangelizzazione protestante nell’America Latina*” no qual são apontadas as missões protestantes como vanguarda da penetração econômica e política dos Estados Unidos na América do Sul (*Civiltà*

Cattolica, 1930 apud Gramsci, 2022b). Logo, não se admite influência dos outros, mas pode ser usada a própria religião como um instrumento de expansão hegemônica para outros países.

Além da religião, outro instrumento fundamental da estrutura ideológica da classe dominante, ou seja, da organização material cujo objetivo é sustentar e ampliar o poder da classe dominante consiste na imprensa. Para o autor marxista,

a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não é a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os círculos e os clubes de variado tipo, até a arquitetura, a disposição e o nome das ruas (Gramsci, 2022b, p. 77-78).

No âmbito das imprensas, há as editoras, os jornais, as revistas, os boletins. Todos eles fazem um processo contínuo de disputa de consciência permanente das massas. Conforme se lê no Caderno 14 (1934), para que isso ocorra, é preciso que haja “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo”, bem como uma “série de retificações nos prismas singulares” (Gramsci, 2022b, p. 202), a fim de corrigir possíveis desvios de interpretação. Em sua visão, a atividade jornalística tem o dever de seguir e controlar todos os movimentos e centros intelectuais do país, escolhendo formas adequadas de repassar essas opiniões para as massas a fim de triunfar.

Tem-se também como parte dessa estrutura a linguagem como instrumento de transformação das civilizações, de dominação de classe e de hegemonia. Novos significados são dados às palavras, novas palavras são criadas e outras são emprestadas de outras tradições. Trata-se, ainda, de algo vivo, em constante mudanças dentro dos processos históricos (Gramsci, 2022a). No Caderno 5 (1930-1932), a língua também é apresentada como a expressão de uma concepção de mundo, ao passo que o melhoramento dessa expressão, tanto quantitativo (novos meios de expressão), quanto qualitativo (novas matizes de significado e maior complexidade sintática e estilística), significa ampliação e aprofundamento desta concepção e de sua história

(Gramsci, 2022b). Daí compreendemos a notoriedade e importância que o inglês assumiu com a expansão cultural dos EUA, principalmente ao longo do século XX.

Por fim, Gramsci destaca que a cultura é um instrumento fundamental para a construção da noção de hegemonia e, portanto, para o objeto desse artigo: a compreensão da ascensão e consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica global. Contudo, o italiano sustenta que não havia nesse país uma nova civilização, uma nova cultura, mesmo que de suas novidades estivessem invadindo a Europa, visto que para ele, “o que se faz na América é apenas remoer a velha cultura europeia” (Gramsci, 2023).

Estado, economia e política

Não é possível pensar a cultura – em uma perspectiva gramsciana – de modo desvinculado da política e da economia, como Gramsci afirma no Caderno 15 (1933): “revela-se assim que, no mundo moderno, um imperialismo cultural e espiritual é utópico: **só a força política, fundada na expansão econômica, pode ser a base para uma expansão cultural** (Gramsci, 2022b, p. 162, *grifo nosso*)”. Ele trabalha essa assertiva com mais afinco no Caderno 13 (1932-1934), em que reflete sobre a política de Maquiavel, e pautada que “o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral (Gramsci, 2022c, p.19)”. Nesse contexto, o direito, junto com outras instituições, é utilizado para difundir esses costumes e práticas e criar determinada civilização.

Politicamente, é preciso retomar o que foi pontuado nas premissas filosóficas para tratar do homem-coletivo: a passagem da guerra manobrada e do ataque frontal à guerra de posição também no campo político. Trata-se, pois, do ponto central para compreender a questão política, uma vez que guerra de posição demanda enormes sacrifícios de massas da população, sendo necessária uma concentração hegemônica enorme, com um governo mais intervencionista,

capaz de exercer controles em todos os âmbitos – político, administrativo, cultural etc. – reforçando as posições hegemônicas da classe dominante. “Tudo isso indica que se entrou numa fase culminante da situação político histórica, porque na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva (Gramsci, 2022c, p. 256)”.

Aqui, também é fundamental compreender a noção apresentada no Caderno 13 (1932-1934) de correlação de forças. Para Gramsci (2022c), consiste no problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser colocado com exatidão e solucionado para que se possa chegar a uma análise justa das forças que atuam na história de um determinado período, e definir a relação entre elas. Trata-se da avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos diversos grupos sociais. Este movimento pode ser analisado e diferenciado em vários momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até o momento, sendo três os períodos fundamentais: 1) relação de forças estritamente ligada ao desenvolvimento das forças materiais de produção; 2) relação de forças pautada pelo nível de consciência política coletiva; 3) relação de forças militares. Com isso, conclui-se que as crises históricas fundamentais são determinadas imediatamente pelas crises econômicas: em determinada conjuntura econômica, as flutuações das relações sociais se transformam em relações políticas de força, que acarretam relações militares decisivas, de modo que fortalecer as forças de segurança é um elemento central para o fortalecimento das nações. Não à toa o fortalecimento dos Estados Unidos se deu principalmente após a crise de 1929.

Já no Caderno 8 (1931-1931), é trazido uma discussão interessante: a importância da democracia para a consolidação da hegemonia:

No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (Gramsci, 2022c, p.287);

Em que pese possíveis (e necessárias) críticas ao regime democrático estadunidense, ele vigora desde a “Revolução Americana” de 1776. Segundo John Dunn (2005), a partir desse acontecimento histórico, a democracia se tornou a chave de distinção da experiência política moderna, como uma forma de defesa das liberdades que vinham sendo amplamente ameaçadas. Uma vez definidas tais liberdades ou recobradas por força das armas, a ordem constitucional que os norte-americanos construíram para protegê-las no futuro vieram, em retrospecto, a parecer um exército particularmente rigoroso de reflexão e decisão sobre o necessário para a liberdade política e de implementação das conclusões de tal processo de deliberação, fundamentalmente público. É, pois, a partir dessa perspectiva que se consolida uma relação intrínseca entre a defesa da democracia e o discurso hegemônico.

Por outro lado, Gramsci aponta o pragmatismo político no Caderno 17 (1933-1935) como diretamente ligado à consolidação política estadunidense. Herdado da tradição inglesa, o pragmatismo é uma forma de construção da filosofia de forma utilitária, de maneira imediatista. Isso só é concebível no país pela força do protestantismo, de modo que a religião acaba por ser muito aderente à vida cultural do dia a dia. Com isso, há uma tendência de criação de uma moral laica e de uma filosofia popular, capaz de sustentar movimentos reacionários e conservadores (Gramsci, 2022a). De certa forma, isso deu liberdade para o Estado e a classe dominante estadunidense se fortalecer e, com isso, conseguir expandir seu projeto de dominação.

Outro fator essencial é a conexão entre opinião pública e hegemonia política, sendo este o ponto de contato entre sociedade política (aparelho de governo) com a sociedade civil (aparelho privado), como vemos no Caderno 7 (1930-1931). Observa-se:

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (Gramsci, 2022c, p. 266).

Economicamente, o fato do Estado ser a soma da sociedade política e civil e ser capaz de construir o consenso e de impor a coerção se necessário, como destaca no Caderno 6 (1930-1932), remete à defesa de um Estado-educador. Nesse sentido, seu objetivo é criar essa civilização:

dato que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se organiza e que desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de 'racionalização', de aceleração, de *taylorização*; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e 'pune', já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é 'possível', a 'ação ou a omissão criminosa' devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado (Gramsci, 2022c, p.28).

Já em relação à produção, o intelectual aponta que o petróleo foi central para o desenvolvimento econômico estadunidense, como identificado por Gravina em seu artigo "*Olii, petrolii e benzine*" (*Nuova Antologia*, 1927 *apud* Gramsci, 2022c). Segundo o texto, praticamente todo ato internacional dos anos 1920 tratava da temática. Grandes consórcios empresariais surgiram no país, com destaque para o grupo *Standard Oil Trust*, da família Rockefeller, que além de atuar na área petrolífera dentro e fora do país, atuava no setor de infraestrutura e no setor bancário, além de possuir uma forte influência junto aos políticos.

Por último, em relação às forças militares, os Estados Unidos também se sobressaem, o que é relevante na medida em que Gramsci entende que o aprimoramento da técnica militar é um elemento central na transformação da arte política que transformou a guerra de movimento em guerra de posição. Quanto à marinha, houve um grande desenvolvimento, especialmente em contraposição à inglesa, como se vê no Caderno 6 (1930-1932), no qual também ressalta que este aparato é fundamental para determinar a força de um país. Ao mesmo tempo, no Caderno 17 (1933-1935), Gramsci aponta a relevância dos investimentos em aviação no

estabelecimento de planos estratégicos para guerras futuras, área que também fora bastante desenvolvida no país. Sua centralidade tem dois aspectos: um técnico-militar e político-imediata, e outro conectado ao fato de que, ao se desenvolver, tal setor elimina antigas práticas militares conectadas a antigas práticas políticas. Ademais, cabe ressaltar que os avanços na área militar como um todo tem sido responsável pelas principais inovações tecnológicas, as quais, por sua vez, assumem um papel crucial na consolidação e expansão hegemônica.

“Americanismo e fordismo”

Para Gramsci, o americanismo é um novo modo de vida que resultou da substituição do eixo econômico dinâmico global da Europa para os Estados Unidos no final do século XIX, a partir do desenvolvimento da indústria. Consiste, pois, em um

fenômeno a um só tempo cultural, político e econômico, o americanismo surgiu aos olhos de Gramsci como um modo de vida imbricado, na esfera produtiva, com o taylorismo – como modelo de organização do trabalho – e com o fordismo – como mecanismo global de acumulação de capital (Braga, 2009).

Através de sua produção, o país estaria obrigando o continente europeu a passar por uma transformação radical de suas estruturas econômicas e sociais antiquadas, e isso, a médio prazo, levaria ao surgimento forçado de uma nova civilização. Apresenta com ressalvas a questão de uma “nova cultura” e do *American Way of Life*, pois quando da escrita da obra, via-lhes como iniciativas superficiais de elementos que estavam apenas começando a ser sentidos no período. O americanismo, portanto, seria “a crítica antecipada feita pelas velhas camadas que serão esmagadas pela possível nova ordem e que já são vítimas de uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero (Gramsci, 2023, p. 303)”. Por outro lado, é reticente quanto ao fato de já se ter uma nova civilização, visto que “trata-se de um prolongamento orgânico e de uma

intensificação da civilização europeia, que assumiu uma nova epiderme no clima americano (Gramsci, 2023, p. 303)”.

Alguns elementos são centrais para a compreensão do americanismo e do fordismo. Do ponto de vista da economia, a americanização exige um ambiente, uma estrutura social e um Estado específicos. O Estado é liberal, marcado pela livre iniciativa e pelo individualismo econômico, que, por sua vez, levam ao regime de concentração industrial e ao monopólio. Nesse contexto, a produção da poupança passou a ser tratada como uma função vinculada ao próprio bloco produtivo,

através de um desenvolvimento da produção a custos decrescentes, capaz de permitir, além de uma massa maior de mais-valia, salários mais altos, com a consequência de um mercado interno mais amplo, de uma certa poupança operária e de lucros mais elevados. Seria assim possível conseguir um ritmo mais acelerado de acumulação de capitais no próprio seio da empresa e não através da intermediação dos ‘produtores de poupança’, que são na realidade devoradores de mais valia (Gramsci, 2023, p. 278).

Nessa conjuntura, Gramsci indaga-se sobre quais seriam as consequências da Grande Depressão iniciada com a quebra da Bolsa de Nova York em 1929. O pensador italiano afirma que “a queda no mercado de ações provocou um imenso deslocamento de riqueza e um fenômeno de expropriação ‘simultânea’ da poupança de amplíssimas massas da população, um pouco por toda parte, mas sobretudo na América (Gramsci, 2023, p. 299)”, ocasionando, deste modo, o retorno do forte efeito inflacionário vivenciado no pós-guerra, inclusive em países que não haviam enfrentado tamanha elevação nos preços após o conflito mundial encerrado em 1918.

Desta forma, o autor marxista declara que os poupadores desta economia em crise passaram a preterir o mercado de ações, por conta de sua desvalorização, em relação aos títulos do tesouro público de seus Estados nacionais, alterando assim a importância e a centralidade do Estado, destacadamente o estadunidense, no sistema capitalista de modo geral. O objetivo,

então, do Estado capitalista pós 1929 seria o de reorganizar o “aparelho produtivo” para o desenvolver junto ao crescimento da população e de suas necessidades sociais (Gramsci, 2023).

Sobre estas reflexões, Gramsci escreve:

A massa dos poupadores busca se desfazer completamente das ações de todo tipo, altamente desvalorizadas; prefere as obrigações às ações, mas prefere os títulos do Estado a qualquer outra forma de investimento. Pode-se dizer que a massa dos poupadores quer romper toda ligação direta com o conjunto do sistema capitalista privado, mas não recusa sua confiança ao Estado [...]. O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa que concentra poupança a ser posta a disposição da indústria e da atividade privada, como investidor de médio e longo prazo (Gramsci, 2023, p.299-300).

Por outro lado, tais circunstâncias ensejaram o fortalecimento da burguesia financeirarentista norte-americana. Na visão gramsciana, esse processo se deu pela “segurança dos capitais americanos no exterior: desde logo, não ações, mas obrigações (Gramsci, 2022c, p.200)”. Com isso, além de consolidar-se internamente, viabilizou o expansionismo global do setor e do próprio Estados Unidos.

Outro elemento central decorre do fato dos EUA, diferentemente da Europa, não terem uma grande tradição cultural e histórica, como vimos. Para Gramsci, isso faz com que as massas possuam melhores condições de vida e tenham mais condições de acumulação de capitais. Além disso, essa ausência viabilizou a expansão da indústria e do comércio. Ao mesmo tempo, sem sindicalismo operário, foi possível articular a força de trabalho com a produção, com políticas de altos salários, benefícios sociais e forte propaganda ideológica e política, de modo que toda a vida do país se centrou na produção. “A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (Gramsci, 2023, p. 268)”.⁹

⁹ Esse processo deve ser entendido como racionalização da sociedade. Do ponto de vista das lutas sociais, Gramsci (2023) destaca os entraves impostos por essa perspectiva, visto que as massas ainda se articulavam com base nos instrumentos importados da Europa, anacrônicos para as condições postas. Ademais, uma questão a ser enfrentada

Nesse enquadramento, faz-se necessário a compreensão da questão sexual, do proibicionismo e da lei dos altos salários, como forma de controle. A questão sexual se tornou um dos principais debates à época, tanto por conta da guerra (que diminuiu expressivamente o número de homens e intensificou a crise), quanto pelo fato dessa crise ter afetado todas as camadas sociais, impactando os novos métodos de trabalho. Os industriais tinham, pois, uma forte ingerência na vida pessoal de seus empregados. Havia uma demanda pela regulamentação do instinto sexual masculino como forma de racionalização da produção e do trabalho. Simultaneamente, buscava-se cercear as liberdades sexuais femininas, como forma de cercear a liberdade da mulher em relação ao homem. Uma forte coerção unilateral sobre os corpos femininos era exercida, controlando a forma da mulher conceber a si mesma e criminalizando a prostituição, por exemplo. A instituição da “família” passou a ser cada vez mais valorizada, junto à regulamentação e estabilidade das relações sexuais, necessariamente estruturadas pela monogamia.

A racionalização do trabalho nos Estados Unidos também estava diretamente relacionada com o proibicionismo. Esta política se expressava principalmente na chamada Lei Seca (1919-1933). Por um lado, o novo método de trabalho impunha a “necessidade” de investigar a vida íntima e controlar a moralidade dos operários por parte dos industriais. Isso era visto como uma forma de ampliação do alcance americano e criar uma “consciência do objetivo por parte dos trabalhadores”, noção derivada da ideia de “gorila amestrado” do *taylorismo*. Conforme explica Gramsci, Taylor apontava como objetivo da sociedade americana

desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal (Gramsci, 2023, p. 288).

era a falta de homogeneidade nacional em relação à questão racial e à questão dos imigrantes, que impunha uma divisão de trabalho e uma grande desigualdade social.

Dessa forma, o industrial americano apresenta uma grande preocupação com a manutenção da eficiência física do trabalhador, equiparado a uma máquina. Contudo, o fordismo, como mecanismo de acumulação e base para o *American Way of Life* (Braga, 2009), apresenta um outro elemento: a importância da política de altos salários. Além de incentivar os trabalhadores, essa medida consiste em um instrumento de seleção e manutenção dos trabalhadores mais qualificados¹⁰. Contudo, cabem a estes não diminuir sua eficiência, devendo lutar contra o álcool, um agente de destruição das forças de trabalho. Daí a função do Estado de proibição desta droga.

A ideologia fordista dos altos salários, por sua vez, é caracterizada como um fenômeno relacionado a uma necessidade objetiva da indústria moderna em determinado grau de desenvolvimento. Dois pontos devem ser destacados. O primeiro é que ela está conectada à política do monopólio, de modo que há que se prever sua transitoriedade. O segundo é que nem todos os trabalhadores são recompensados por essa política, mas apenas os mais qualificados. O problema é que com o avanço das indústrias, o custo para obtenção dessas qualificações nem sempre serão recompensados pelo salário. Esses aspectos geram uma forte pressão sobre as massas, seja pela coerção, seja principalmente por meio da autodisciplina e da persuasão de poder se adequar aos padrões impostos.¹¹

Ao mesmo tempo, Gramsci aponta que a elevação dos salários foi uma forma de organização do mercado consumidor e, conseqüentemente, da própria indústria. Isso porque

¹⁰ Braga (2009) sustenta também que o fordismo – com a política dos altos salários – criou os fundamentos do desenvolvimento da luta operária ulterior.

¹¹ Gramsci ressalta que nos EUA, diferentemente da Europa, as classes dominantes também são afeitas ao trabalho. Milionários continuam ativos até o fim da vida, não havendo uma cultura de aposentadoria/previdência antecipada. Nesse ponto, Gramsci (2023, pp. 292-293) destaca que tende a haver uma defasagem de moralidade entre o que é imposto aos trabalhadores – restrições sexuais, proibicionismo – e os privilégios das classes dirigentes. Com o tempo, a tendência seria de aumento da dificuldade de coerção das massas para adequá-las às necessidades da grande indústria (2023, pp. 292-293).

parte do dinheiro ganho pelos trabalhadores passou a ser revertido em mercadorias produzidas pela indústria. Dessa forma, previu o que veio a ser chamado de “compromisso fordista”, ou seja, a tentativa de estabilização da relação capital-trabalho via consumo de bens duráveis pela classe trabalhadora estadunidense (Braga, 2009).

Nesse sentido, o autor marxista analisou a hegemonia estadunidense no plano político como uma forma de testar a hipótese de revolução passiva como estratégia burguesa de pacificação social, alternativa ao fascismo (Braga, 2009). Nesse caso, apropriou-se de uma ideia, discutida na época, de que para liderar a revolução, os trabalhadores deveriam exercer a hegemonia sobre os aliados de classe e a ditadura sobre as classes inimigas, inovando-a ao utilizar para a burguesia, ou seja, para entender o domínio da classe dominante (Cox, 1993). Isso se deu a partir do americanismo e da regulamentação do investimento produtivo, representando um projeto progressista¹² para as classes dirigentes, uma vez que estimulou a superação da crise econômica vigente e da ameaça comunista (que avançava principalmente na Europa à época).

Hegemonia internacional estadunidense

Ao abordar o tema das relações internacionais, Gramsci aponta que, em sua visão, elas seguem as relações sociais fundamentais. Ou seja, seguem as inovações estruturais, reagindo na exata medida em que as superestruturas reagem sobre a estrutura – e que a política reage sobre a economia. Dessa forma, as inovações orgânicas nas estruturas nacionais alteram as

¹² Braga (2009) destaca que “num certo sentido, Gramsci estava convencido do caráter “progressivo” do capitalismo estadunidense. Mas a concepção de “progresso” em Gramsci decorre de uma interpretação não linear da história. Assim, deveria ser considerado como “progressiva” toda transformação social capaz de promover o desenvolvimento das forças produtivas. Isso supunha valorizar positivamente a “dimensão objetiva” do americanismo, isto é, o fordismo, ao mesmo tempo em que se criticava a “irracionalidade” da utilização do taylorismo pelos industriais norte-americanos. E foi por intermédio dessa interpretação dialética do americanismo que Gramsci apreendeu o novo equilíbrio de forças políticas instaurado em pleno período de crise orgânica, conforme vivia o mundo capitalista da época.”

relações no campo internacional por meio de suas expressões técnico-militares. Portanto, as relações internacionais reagem de forma ativa e passiva sobre as relações políticas de hegemonia (Gramsci, 2022c). No mesmo sentido, no Caderno 14 (1932-1935), aponta que é preciso partir da filosofia da práxis para compreender a situação internacional como um aspecto nacional. Assim, embora o desenvolvimento seja no sentido do internacionalismo, o ponto de partida é o nacional. Dessa forma, a classe dirigente internacional, para que assuma essa tarefa a partir de uma perspectiva e de diretrizes internacionais, deve estar estruturada nacionalmente.

No âmbito econômico, realça no Caderno 9 (1932) que a atividade econômica de um país só pode ser avaliada em relação ao mercado internacional. Isso porque o conjunto econômico interno é projetado no excedente que é exportado em troca das importações. Nesse sentido, podia-se notar a ascensão dos EUA na medida em que, por exemplo, Washington assumia enorme relevância e tornava-se um dos principais centros econômicos do mundo, diminuindo a importância de outras capitais como Berlim, Paris e Roma, bem como o próprio continente europeu como um todo.

Tomando como base essas premissas, devemos adentrar a noção de grande potência trabalhada por Gramsci. São apresentados alguns critérios para um país se enquadrar nesta classificação, dando ênfase em dois macros temas: potencialidade econômica e população (Gramsci, 2022c). Um dos critérios consiste no grau e intensidade da função hegemônica do grupo social dirigente, aspecto vinculado essencialmente às forças de segurança nacional. O segundo corresponde à preparação militar permanente para viabilizar a inserção eficaz em um possível conflito internacional iminente. Já o terceiro, representa a possibilidade de impor à atividade estatal uma direção autônoma, com capacidade de influenciar e repercutir sobre outros

Estado¹³. É a “potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos com maior ou menor extensão (Gramsci, 2022c, p.55)”.

Se pensarmos na posição que os Estados Unidos assumiram durante as duas Grandes Guerras, bem como durante a Guerra Fria no século passado, não faltariam exemplos para enquadrá-los em todos esses critérios. Afinal, o conceito de grande potência está diretamente ligado às guerras. É uma grande potência o Estado dotado da habilidade de manter a relação de forças e o exigir o cumprimento das promessas dentro de um sistema de alianças. Ademais, deve possuir capacidade diplomática e de se manter na guerra sem ajuda dos seus aliados, pois é o seu próprio fornecedor e o financiador dos demais. Sendo assim, temos mais um elemento para compreender a ascensão estadunidense no século XX – ainda que não explicitamente abordada dessa forma por Gramsci, que complementa:

a linha de um Estado hegemônico (isto é, de uma grande potência) não oscila, já que ele mesmo determina a vontade dos outros e não é determinado por esta, já que a linha política baseia-se no que há de permanente, e não de casual e imediato, bem como nos próprios interesses e naqueles das outras forças que concorrem de modo decisivo para formar um sistema e um equilíbrio (Gramsci, 2022c, p.87).

Apesar da força militar ser essencial para a consolidação das grandes potências, especialmente das potências hegemônicas, Gramsci inova ao demonstrar que ela nunca foi suficiente – e, tampouco o melhor caminho – para realizar a conquista hegemônica. Por isso, a importância da cultura, da arte e da política como já vimos, assim como da economia:

naturalmente, na ciência histórica, a eficácia do elemento econômico imediato é considerada bem mais complexa do que a da artilharia pesada na guerra de manobra, já que este elemento era concebido como tendo um duplo efeito: 1) abrir a brecha na defesa inimiga, depois de ter desbaratado o próprio inimigo e de leva-lo a perder a fé em si, em suas forças e em seu futuro; 2) organizar de colocar com rapidez os quadros existentes (criados até então pelo processo histórico geral) em seu lugar de enquadramento das tropas dispersas; 3) criar de modo fulminante a concentração ideológica do fim a alcançar (Gramsci, 2022c, p.72).

¹³ Segundo Gramsci (2022c, p.55), são “elementos para calcular a hierarquia de poder entre os Estados: 1) a extensão do território; 2) força econômica; 3) força militar.”

Devemos ainda retomar o que fora apontado anteriormente sobre a importância do setor privado para consolidação da hegemonia das grandes potências:

Para este fim [elevar a massa ao nível cultural e moral correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas], tende uma série de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (Gramsci, 2022c, p.285).

Para finalizar, podemos comparar e avaliar as reflexões de Gramsci voltados ao entendimento dos Estados Unidos como potência e aos requisitos para a ascensão hegemônica com o estudo de autores gramscianos contemporâneos sobre o tema. Em vista disso, Inderjeet Parmar (2012) salienta que os atores não estatais tiveram um papel central na construção da hegemonia americana. O autor centra seus estudos nas chamadas “Big 3” fundações filantrópicas americanas – Carnegie, Ford e Rockefeller– cujas atuações se dão nos Estados Unidos e no mundo desde o século XX. Conforme vimos no ponto “Estado, economia e política”, o próprio Gramsci (2022c) já havia observado o papel dos consórcios empresariais da família Rockefeller no desenvolvimento econômico do país e sua influência política. Parmar (2012) retoma e amplia essa questão, demonstrando como, através de uma atuação cooperada com o Estado norte-americano, os três grandes oligopólios da época formaram fundações filantrópicas que auxiliaram na construção e financiamento de instituições e redes nacionais, internacionais e globais através das quais o país passou a exercer sua hegemonia. Além disso, destaca que elas contribuíram para a consolidação da infraestrutura do internacionalismo liberal em todas as instâncias.

Para o professor de política internacional, as fundações filantrópicas moldaram a cultura política estadunidense e ajudaram na imposição de um Império norte-americano no mundo, principalmente através da penetração cultural e intelectual. Assim, elas vieram

desempenhando um papel fundamental na formação de um consenso em torno de suas próprias visões de mundo, que por sua vez inclui a modernização e a manutenção de instituições que perpetuam o elitismo e a desigualdade. Nesse sentido, Parmar sustenta que é por trás dessas organizações, no trabalho de bastidores, que as elites¹⁴ tutelam seus interesses, manipulando ideias e informações, o que as permite moldar a opinião pública de maneira praticamente invisível. Essa invisibilidade é central, pois “o teste final do poder hegemônico é se uma instituição pode exercer o poder sem parecer fazê-lo. Por esse critério, as fundações estão entre as instituições mais poderosas do mundo hoje (Parmar, 2015, p. 700)”.

É possível, ainda, caracterizar três períodos específicos desse processo de expansão das fundações filantrópicas:

O desenvolvimento da liderança básica nas relações internacionais ocorreu em três fases com ênfases diferentes, todas elas visavam suavizar as arestas mais nítidas da globalização e da elite domínio para que permanecessem aceitáveis para o público: 1) mudança da opinião pública americana dos anos 1920 para os anos 1950 em favor do liberalismo internacionalismo e um governo nacional forte, 2) criar uma elite global integrada das décadas de 1950 a 1970 que poderia servir como canais para os interesses americanos dentro das instituições de cada nação, e 3) desenvolver reformas democráticas em resposta ao neoliberalismo depois de 1980 para ganhar legitimidade para a ordem internacional, a fim de sustentar a ideia de que os sistemas políticos e econômicos trabalham para todos (Parmar, 2015, pp. 677-678, *grifo nosso*).

Apesar das particularidades de cada uma, nos períodos destacados, essas três grandes fundações ligadas, na origem, a grandes oligopólios empresariais sustentaram a crença generalizada de que a economia global e as instituições nacionais que favorecem as elites são naturais e inevitáveis. Além disso, desde o início, visaram construir uma “sociedade civil” global capaz de sustentar e desenvolver as instituições do sistema global, fortalecendo com isso a estrutura necessária para dar continuidade para a hegemonia dos Estados Unidos. Parmar

¹⁴ Parmar descreve que os conselhos das três grandes fundações foram retirados do escalões superiores da sociedade: “pessoas de origens ricas que se formaram em universidades da Ivy League, trabalharam para os mais prestigiados escritórios de advocacia em Nova York e Washington, DC, ou eram executivos ou diretores de grandes corporações, funcionários do Departamento de Estado dos EUA, altos membros de outras agências de serviço estrangeiro, editores, embaixadores, ou curadores de outras organizações sem fins lucrativos de elite (Parmar, 2015, p. 683)”.

(2015) explica que para que isso seja possível, essas fundações criaram *hubs* intelectuais – com foco em áreas como ciência política, economia e sociologia – capazes de radiar influência intelectual para além dos seus locais de atuação e transmitir aos governos nacionais conselhos e ensinamentos alinhados à ideologia das entidades privadas. “Assim, o processo de sustentação da hegemonia começa em casa, na população nacional e é então exportado, através de doações de fundações, para universidades, grupos de reflexão e outras instituições geradoras de conhecimento ao redor do mundo (Parmar, 2015, p. 681)”. No mais, definem os limites tácitos de suas atuações simplesmente a partir da escolha de quais pesquisas vão ou não financiar, sem nunca precisar explicitar seus critérios, e a única ação que precisam realizar para perpetuar o sistema é seguir financiando os estudiosos e especialistas que já compartilham seus pontos de vista.

Outro exemplo que ilustra a tentativa de expansão hegemônica dos Estados Unidos por meio de instituições pode ser observado pelo *National Endowment for Democracy* (NED).¹⁵ O NED é uma organização considerada privada, embora mantida com recursos públicos, dedicada ao fortalecimento de instituições democráticas em todo o mundo. Possui caráter bipartidário e é supervisionado pelo Congresso Nacional, pelo Departamento de Estado e por uma auditoria independente. Ademais, consta como uma subagência do Departamento de Estado para *United States Agency for International Development* (USAID). A cada ano, o NED realiza mais de 2.000 doações para apoiar projetos de grupos não governamentais no exterior que trabalham por objetivos ditos democráticos em mais de 100 países (NED, 2022). Nesse sentido, trata-se de um exemplo ilustrativo porque demonstra o argumento gramsciano de que para haver expansão dessa estrutura ideológica é preciso que os intelectuais do país hegemônico

¹⁵ Ver nota de rodapé 1.

– no caso, os Estados Unidos – influenciem e dirijam a cultura de outros países, o que é feito através do financiamento de projetos e entidades.

Fundado em 1983, demonstra o objetivo de substituição da força por instrumentos político-econômicos como meios de exercer a dominação. Nota-se, pois, que seu surgimento acontece nesse contexto de ascensão da agenda política de promoção da democracia (em detrimento da agenda do anticomunismo) e marca um giro de chave nos esforços dos EUA para se envolverem e influenciarem estruturas políticas no exterior, pois permitiu a implementação de uma nova ferramenta para promover a democracia: ajuda política (Pee, 2019). Naquele momento, era preciso superar a crise e os escândalos que expuseram o uso de agências de inteligência, em especial a CIA, para manipular a opinião pública e o ativismo de grupos da sociedade civil no exterior. Ao mesmo tempo, também era necessário um novo modelo de organização capaz de realizar o enfrentamento ideológico, mas que fosse visto como independente e autônomo para manter sua credibilidade. Daí a fundação dessa instituição atendendo a tais necessidades e assegurando estruturas da sociedade civil capazes de garantir proteção econômica e política de longo prazo (Mello, 2023).

Consiste em um braço informal da política externa estadunidense, responsável pelo exercício de uma diplomacia privada pautada pela promoção da democracia e do livre comércio (Vidal, Brum, Lopez, 2021). Robinson (1998) explica que esse caráter “quase público” aproveita o conhecimento tecnológico, intelectual e organizacional dos que estão fora do governo, unindo os interesses governamentais e privados. Com isso, os EUA projetam os recursos e ações das elites e da sociedade civil e política no cenário internacional, conduzindo a política transnacional e tomando esforços para a construção da hegemonia. Pee (2019) complementa o argumento indicando que sua separação da burocracia de segurança nacional dos EUA permite a construção de duas políticas externas simultâneas: uma de apoio a governos

ou pelo menos não tenha ligação com a política interna de outros Estados a nível governo-a-governo e outra de fortalecimento de atores políticos ou da sociedade civil a nível subestatal.

Destaca-se, enfim, a explicação de Robert W. Cox (1993) sobre a aplicação do conceito de hegemonia à ordem internacional. Esta não é uma mera ordem entre Estados, mas sim uma ordem dentro de uma economia mundial com influência do modo de produção dominante que penetra nos demais países. Trata-se também de um complexo de relações sociais internacionais entre classes sociais de diversos países. Dessa forma, a hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura cultural, econômica e política, que se expressa em normas, instituições e mecanismos que estabelecem regras de comportamento para as sociedades políticas e para as sociedades civis, para além das fronteiras, sustentando o modo de produção dominante. Nesse sentido, por exemplo, as organizações internacionais exercem essa função:

Entre as características das organizações internacionais que expressam seu papel hegemônico, temos as seguintes: (1) elas incorporam as regras que facilitam a expansão de ordens mundiais hegemônicas; (2) elas próprias são o produto da ordem mundial hegemônica; (3) elas legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; (4) elas cooptam as elites dos países periféricos e (5) absorvem ideias (Cox, 1993, p. 62).

Assim sendo, em uma conjuntura caracterizada pelo modo de produção capitalista, com instituições criadas e/ou financiadas e/ou legitimadas pelo próprio Estados Unidos, nos resta poucos elementos para vislumbrar um poder hegemônico global diferente deste – em curso até a atualidade.

Considerações Finais

Neste trabalho de conclusão de curso, apresentamos alguns elementos presentes nos quatro primeiros volumes dos *Cadernos do Cárcere*, de Antonio Gramsci, como forma de investigar a interpretação gramsciana da ascensão dos Estados Unidos como potência

hegemônica global. Os aspectos filosóficos e históricos serviram de base para compreensão das questões culturais, econômicas, políticas e internacionais. Buscou-se mesclar tanto as passagens em que o autor aborda diretamente o país norte-americano, quanto as passagens em que trata de avaliações, ideais e questões gerais, mas que não deixam de ser fundamentais para o entendimento desse processo específico.

Por fim, esperamos ter contribuído de alguma forma com a montagem de dois grandes “quebra-cabeças teóricos” que estão entrelaçados: o estudo sobre Gramsci e sobre os Estados Unidos. Cabe destacar, ainda, que o presente artigo não pretende responder todas as questões ou esgotar uma temática tão vasta. Pelo contrário: pretende inaugurar uma vasta agenda de pesquisa, à qual nos dedicaremos no próximo período.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRAGA, Ruy. Gramsci na América. *Revista Cult*, 2009. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/gramsci-na-america/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

COX, Robert W. “Gramsci, hegemony, and international relations: and essay in method”.

GILL, S. (ed.). **Gramsci, historical materialism and International Relations**. Cambridge, Cambridge, University Press, 1993, pp. 46-66.

DUNN, John. **A história da democracia**. São Paulo: Ed. Unifesp. 2006.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Os EUA no século XIX. KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 1, 14ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2022.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Vol. 2, 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Luis Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Vol. 3, 11ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Luis Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Vol. 4, 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2023.

LINKLATER, Andrew. Critical Theory. GRIFFITHS, Martin. (ed.). **International Relations Theory for Twenty-First Century**. An introduction. Nova Iorque, ed. Routledge, 2007.

MELLO, Natália. **Dos escândalos da CIA à criação do NED: promoção e desestabilização da democracia**. Paper Apresentado ao 9º Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 25 a 27 de julho de 2023.

NATIONAL ENDOWMENT FOR DEMOCRACY. **Declaração de Princípios e Objetivos da Fundação de 1984**. Washington, D.C.: National Endowment for Democracy, 1984. Disponível em <https://www.ned.org>. Acesso em: 6 de agosto de 2023.

PARMAR, Inderjeet. Foundation Networks and American Hegemony. **European Journal of American Studies**, v. 7, p. 1-29, 2012.

_____. The “Big 3” foundations and American global power. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 74, n. 4, p. 676-703, 2015.

PEE, Robert; SCHMIDLI, William. (Ed.). *The Reagan Administration, the Cold War and the Transition to Democracy Promotion*. London, Palgrave Macmillan, 2019.

ROBINSON, W. Political Operations in U.S. *Foreign Policy*. In: *Promoting polyarchy: globalization, U.S. intervention, and hegemony*. New York: Cambridge University Press, 1998, pp. 73-116.

TROTSKY, Leon. *The Permanent Revolution & Results and Prospects*. Red Letter Press, 2010.

VIDAL, Camila; BRUM, Luan; LOPEZ, Jahde. **Promovendo a democracia? Uma radiografia do NED para a América Latina**. Sul Global, v. 2, n. 2, 2021.